

**PERIFERIA E ESPAÇOS PERIFÉRICOS: UM ESTUDO DE CASO
DO LOTEAMENTO JARDIM CATARINA**

**THE PERIPHERY AND PERIPHERAL AREAS: A CASE STUDY
ALLOTMENT OF GARDEN CATARINA**

**PERIFERIA Y PERIFÉRICOS ESPACIOS: UM ESTUDIO EL
CASO DE SUBDIVISIÓN JARDIM CATARINA**

Leandro da Silva Guimarães¹

leandrosilvagui@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho teve como finalidade estudar um processo de produção espacial de um loteamento localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As reflexões presentes neste estudo têm como base principal as variadas ações que motivaram os diversos agentes na produção territorial de seu espaço de assentamento, neste caso, o loteamento Jardim Catarina, localizado no Município de São Gonçalo. Aqui primeiro identificamos o referencial teórico necessário para se lidar com a problemática empírica da produção do espaço. Nesta linha de entendimento, privilegiou-se uma determinada interpretação conceitual sobre processos múltiplos de inter-relacionamento de diferentes atores sociais responsáveis pela construção espacial do loteamento.

Palavras Chaves: Urbanização, Periferia, Espaço, Território, Cidade.

ABSTRACT

This work aimed to study a spatial production process of an allotment located in the metropolitan area of Rio de Janeiro. The reflections presented in this study are mainly based on the various actions that motivated the various actors in the production of its territorial settlement of space, in this case the allotment Jardim Catarina, located in São Gonçalo. Here we first identify the theoretical referential needed to deal with the empirical problem of production space. In this line of understanding, priority was given a certain conceptual interpretation of multiple processes of inter-relationship of different social actors responsible for spatial construction of the allotment.

Key words: Urbanization , Peripherals , Space, Territory , City .

RESUMÉN

Este trabajo apunta a estudiar un proceso de producción espacial de una subdivisión situada en el área metropolitana de Río de Janeiro. Las reflexiones que se presentan en este estudio se basan principalmente en las diversas acciones que motivaron los diversos actores en la producción de su asentamiento territorial de espacio, en este caso la adjudicación Jardim Catarina, ubicada en São Gonçalo. Aquí primero identificamos el marco teórico necesario para hacer frente al problema empírico de producción del espacio. En esta línea de entendimiento, se dio prioridad cierta

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

interpretación conceptual de múltiples procesos de interrelación de los diferentes actores sociales responsables de la construcción espacial de la subdivisión.

Palabras clave: Urbanización, Periferia, Espaço, Território, Cidade.

INTRODUÇÃO: PERIFERIA E ESPAÇOS PERIFÉRICOS

Na literatura construída nas décadas de 1970 e 1980 sobre o urbano no Brasil, as periferias urbanas situadas nas metrópoles eram geralmente descritas como “o urbano possível” para as classes trabalhadoras.

A periferia² seria então o resultado de um processo dual de construção do espaço: a chamada relação “centro-periferia” é a expressão mais acabada desse movimento. O centro seria o nexo aglomerativo de todas as benesses do eldorado urbano. As metrópoles seriam espaços “estanquizados”, marco da segregação, entendemos segregação aqui dentro dos marcos teóricos da geografia crítica que a compreende como um processo amplo de exclusão sócio-espacial; a centralidade concentraria o emprego, os equipamentos urbanísticos mais modernos e as funções centrais de direção da vida urbana. A periferia seria resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado. Esses espaços nasceram desse duplo movimento e caracterizam-se geralmente por um decréscimo nas condições de vida das classes ditas populares.

Haveria nesses espaços um problema de acessibilidade: eles seriam por excelência espaços do não acesso ao urbano, segregados e socialmente distantes.³

Nas décadas de 1970 e 1980 havia quase um acordo teórico sobre esse *capitus diminutius*, que caracteriza as incipientes condições sociais das periferias. De acordo com alguns autores isso

Este trabalho é resultado da Dissertação de Mestrado pelo autor defendida na Universidade Federal Fluminense no ano de 2005, sob o título de “A Produção dos Espaços Urbanos Periféricos no Brasil Contemporâneo: O Caso do Jardim Catarina – São Gonçalo”, sob a orientação do Prof. Dr. Rui Erthal.

² De acordo com Milton Santos em seu livro *A Urbanização Brasileira*, as periferias são fruto direto do modelo rodoviário urbano implantado no Brasil. Diferentemente dos subúrbios, as periferias surgem a partir da propagação das rodovias e não das ferrovias; essas rodovias provocaram um crescimento disperso das cidades, que ajudou a criar uma escassez mercantil de terras e, por conseguinte gerou especulação e “déficits” de residências e periferização.

³ “Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica” (SANTOS, Milton, 1979, p. 229).

era produzido pela total ausência de investimentos públicos nesses espaços, relacionados a condições mais estruturais do avanço do modo de produção capitalista no Brasil. As condições de vida das periferias estariam ligadas às dinâmicas mais gerais do processo de acumulação em escala ampliada.

O Estado era considerado o ator principal e o agente propagador da reprodução da dinâmica do capitalismo. As políticas públicas do Estado no urbano muitas vezes legitimavam o modelo de acumulação e a própria sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, eram fundamentais para a reprodução das relações de produção, ajudando a reproduzir a força de trabalho social e biologicamente.

No Brasil, o capitalismo possuía e possui feições selvagens representadas por vários processos que têm no Estado a peça chave de sua organicidade. O Estado é o provedor dos insumos básicos à expansão industrial, é ele que através do investimento em infraestrutura financia em longo prazo a expansão capitalista. Na sua ação ele também tem como encargo financiar a reprodução da força de trabalho, fornecendo o mínimo, o básico de meios de consumo coletivo. É claro que um grande quantitativo de investimentos é direcionado e inflacionado na dinâmica acumulativa em detrimento das necessidades da força de trabalho, a espoliação urbana é a peça chave e saída para essa situação excludente.

A moradia, nesse sentido, irá aparecer como a materialização do valor de troca, encenada e insuflada por um coeficiente especulativo.

A produção de moradias nesse contexto, se torna umas das bases da acumulação capitalista que é moldada pela produção social do espaço urbanizado, é planejada e orquestrada pelo crescente poder da ação do Estado. A especulação nesse sentido, como nos ensina Lefebvre, está profundamente relacionada na manipulação do meio-ambiente construído, no estabelecimento dos valores da terra e na organização do espaço da cidade como espaço banal, como espaço de consumo coletivo. O Estado, nesse princípio é o principal gestor de realização de mais valia que é produzida e reproduzida além do espaço da luta direta entre capital e trabalho, é realizada também em geografias que vão além do espaço próprio da produção indo em direção as esferas do consumo e de outras vertentes da vida social. Nesse contexto a especulação, não querendo encerrar aqui o conceito, se dá em amplos domínios da vida dos trabalhadores.

A demanda dita solvável é a peça preferencial dos investimentos, o financiamento em geral (ainda) é concedido àqueles que podem pagar o preço fixado pelo especulativo mercado habitacional.

O grande montante da população, muitas vezes, não possui condições de pagar o valor elevadíssimo das prestações e, quase sempre, não é cogitado pelas linhas de financiamento. O resultado é um processo discricionário de aquisição de moradia, do abrigo, no qual as camadas populares têm como alternativa viável de sobrevivência a ocupação por lotes e a autoconstrução nas periferias das cidades.

A periferia, em sua forma, é resultado de ação pulverizada de uma variabilidade de agentes privados, que ao agirem dão origem aos chamados loteamentos populares. Estes surgem através das estruturas geradas pelos mecanismos espoliativos urbanos que impulsionam os agentes sociais precariamente incluídos nos circuitos superiores da economia e da política a produzirem seu próprio espaço.

O espaço da periferia, assim, é forma e conteúdo, fixos e fluxos, no qual as esferas do vivido e do concebido não se encontram dissociadas, antes se misturam e se interpenetram na realidade cotidiana daqueles que nela vivem. Nessa paisagem a “ausência” é a marca e a inventividade, a norma.

A periferia, então, é o produto de uma lógica cruel e segregadora, uma lógica baseada na exclusão da urbe, criada e recriada a partir dos mecanismos especulativos sobre o solo, sobre a propriedade fundiária, que exclui e (re)inclui os indivíduos dentro de uma urbe “estanquizada” e precária. Mas que lógica é essa? Quais são os princípios que a geram, como ela é produzida e (re)produzida?

Como fora dito antes, o processo de acumulação capitalista no Brasil produziu um grande quantitativo de excedentes concentrados. Essa grande soma de capital apropriado pela classe dominante brasileira foi “investido” na chamada aquisição de terras e também na produção e reprodução de capital propriamente dito.

Isso porque a terra, mesmo inculta, já havia adquirido um valor, o solo havia se transformado em espaço devido ao avanço das forças produtivas e da própria produção capitalista. O solo tornou-se capital, passou a possuir um valor de troca, já que se encontrava e ainda se encontra monopolizado e imobilizado nas mãos de poucos, elevando assim o valor da renda fundiária e a especulação imobiliária, irmãs siamesas.

Nesse processo, o Estado tornou-se o elemento fundamental no interior dessas lógicas. É ele que em certa medida permite que elas se realizem, dando vazão para que os mecanismos da especulação imobiliária se deem. Ele é o responsável pelo provimento de boa parte das infraestruturas necessárias ao ordenamento do território da cidade. Através de sua ação, o valor do solo urbano se cria e se recria.

Na maioria das vezes que o poder dito público provê alguma melhoria ou benesse a alguma área da cidade, linhas de ônibus ou serviço de esgoto, por exemplo, ele cria alguma demanda extra para a área em questão, a valoriza em relação a outros espaços da urbe, levando a essa área empresas e moradores que antes se localizavam em outras áreas. A procura aumenta, e a área se encarece. A valorização do solo nessa nova área atrai moradores que possuem uma renda mais elevada, famílias mais abastadas que se dispõem a pagar mais caro pelo direito de usar e de usufruir o espaço. Os moradores mais antigos se veem obrigados a ter que pagar mais caro pelo uso do solo ou se deslocar para áreas de custo zero, geralmente áreas desprovidas dessas infraestruturas, que ao contrário de beneficiar aos pobres, como podemos ver, acabam prejudicando-os.

O preço do solo então é muitas vezes condicionado pela ação do Estado e é por meio da ação deste que a especulação sobre a terra encontra vigor e força. Os especuladores muitas vezes se antecipam a ela e muitas vezes a geram e coordenam.

Está claro, pelo que foi dito, que aos pobres é vedado o direito à cidade e aos serviços urbanos. A valorização destas áreas os expulsa para cada vez mais longe, a propriedade privada do solo e a sua transformação em mercadoria especulativa os desloca para áreas sempre próximas ao custo zero; os serviços urbanos concentram-se e se distribuem sempre nos nexos centrais da urbe e encontram-se sempre disponíveis às categorias sociais que conseguem pagar pelo seu uso. Quanto menor a renda, o capital político e relacional da população, maior será a escassez desses recursos.

O mercado imobiliário é o grande responsável por esse desnível sócio-espacial, na medida em que a escassez desses recursos urbanos provoca uma procura excessiva por áreas que o possuem, acarretando uma valorização diferencial do espaço, que é leiloado pelo mercado imobiliário, sendo vencedores desse leilão aqueles que podem e estão dispostos a pagar o preço máximo pelo uso desses espaços.

OS LOTEAMENTOS POPULARES

O processo histórico de produção desses loteamentos tem como ponto inicial a própria estruturação do modo de produção capitalista no Brasil e o seu posterior amadurecimento.

O loteamento de periferia se fez como a forma dominante de moradia e habitação para as classes trabalhadoras. No Brasil, o processo de crescimento dos loteamentos e a

aquisição de lotes pelos proprietários obedeceram a uma série de prescrições conjunturais peculiares do desenvolvimento e da situação da economia brasileira.

Os loteamentos então são dirigidos, por empreendedores capitalistas privados que, grosso modo, podem ser divididos nos seguintes agentes o corretor, o proprietário fundiário⁴, o loteador, os compradores dos lotes e o Estado. São esses agentes que são os responsáveis pela “produção” dos loteamentos e só através de suas lógicas e de seus comportamentos é que o processo de produção do loteamento pode ser entendido.

O proprietário fundiário entra com o solo antes monopolizado e o loteador arca com todo o restante das responsabilidades, entre elas a aprovação e legalização do projeto junto à prefeitura, as obras básicas de melhoramento do terreno (quando são feitas) e o arruamento; aos empreendedores cabe também o contato junto ao público por meio da propaganda do loteamento, assim como todas as etapas relacionadas ao processo de compra e venda da gleba parcelada e transformada em lotes.

Como eram estabelecidos os preços dos lotes? A quais segmentos sociais estes se destinavam? O objetivo principal era que os lotes fossem comercializados a camadas sociais expulsas pelo processo de segregação urbana, onde as metrópoles, a partir de um movimento de depuração, excluíam as classes trabalhadoras das “áreas luminosas” (SANTOS, 1996). Nesse sentido, os preços dos lotes buscavam atender as possibilidades salariais dessas camadas, visando sempre, ou quase sempre se adequar as suas condições de pobreza, por meio de muitas, muitas prestações⁵.

Geralmente a venda dos lotes é realizada por meio da chamada propaganda “boca-a-boca” e os atrasos nos pagamentos das prestações são quase uma regra geral, mas dificilmente esses atrasos acarretam uma perda do lote, a insolvência muitas vezes leva a uma revenda dos lotes a terceiros.

O papel do corretor é de mediação na venda dos lotes das glebas. Geralmente esses corretores se localizam e moram na própria área a ser vendida. Os corretores lidam com os

⁴ Em variadas circunstâncias o proprietário fundiário pode ele mesmo se transformar no agente empreendedor no processo de produção e comercialização do loteamento, o que, contudo, não é o caso estudado nessa pesquisa.

⁵ “Na determinação dos preços dos lotes, o mais importante é a fixação de uma prestação compatível com disponibilidade de pagamento do trabalhador de baixa renda, cujo cálculo já leva em conta que este fará sacrifícios para pagar o lote, considerando a importância que atribui à casa própria. O morador não está prioritariamente preocupado com o preço total do lote, nem com o número de prestações, mas sim o quanto irá despendar por mês. Assim, o loteador fixa a prestação como uma porcentagem do salário mínimo e, na medida em que o preço total do lote é estabelecido no ato da venda e não sofre reajustes, o período de pagamentos das prestações não é pré-fixado, situando-se, em geral, entre cinco e dez anos. Quanto ao valor da entrada não há regra geral, dependendo principalmente do investimento aplicado pelo loteador”. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 121)

interessados em comprar os lotes de forma direta e especial, prestando um atendimento personalizado. Normalmente o corretor é um elo da própria empresa loteadora, recebendo um salário fixo e em alguns casos comissão.

A função do corretor é realizar a promoção do lote a ser vendido e ele é muitas vezes o responsável pelo marketing e divulgação do empreendimento.

A venda dos lotes é, na maioria das vezes, realizada pelo mecanismo de antecipação, um método de comercialização do lote próprio de um movimento especulativo e que é descrito por Bonduki e Rolnik (1982, p. 122) da seguinte forma:

[...] é bastante freqüente o modo de venda do lote por partes, que consiste em vender inicialmente os lotes pior situados, para, em seguida, gradativamente e à medida em que o loteamento vai sendo ocupado, colocar à venda os demais. A simples ocupação de alguns lotes - a urgência em ocupá-los é evidente, em se tratando de moradores de baixa renda - já valoriza o loteamento. Este processo de valorização pode ser ainda mais acelerado se durante o período de vendas, que pode durar vários anos, algum equipamento de infra ou superestrutura é instalado.

Esse processo descrito acima proporciona uma valorização do loteamento, haja vista que as populações que ali venham a se localizar significam poder político e eleitoral, significam votos e, dessa forma, possuem grande poder de barganha e de pactuações políticas. As associações de moradores que se formam nos loteamentos muitas vezes agem politicamente pressionando o poder público, trocando os benefícios conseguidos (geralmente obras de infraestrutura) por votos. Essas melhorias conseguidas politicamente têm também sua contrapartida econômica que se materializa na valorização gradual do espaço e das moradias construídas; o custo zero inicial de aquisição do lote é elevado em direção ao custo infinito.

O Estado é o elemento fundamental da construção inicial dos loteamentos, exercendo a função de financiar e de prover os bens de consumo coletivo.

No Brasil, o Estado encontrar-se-ia frente a um paradoxo de onde deveria e deve alocar os recursos dos impostos acumulados, ou seja, se os recursos devem ser utilizados para materializar sistemas de engenharia que facilitem a produção e a circulação de capital ou se deveriam aplicar esses recursos em obras que visassem atender as imensas demandas coletivas da sociedade brasileira.

Entre as peculiaridades do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, estão as que para este se desenvolver, conserva e reproduz traços históricos arcaicos.

Isso gerou nesse movimento uma cisão unitária e contraditória, produzindo o formal e o informal como características do urbano no Brasil, gerando dois modos de urbanização complementares e opostos, o oficial e o dito autônomo, que são assim descritos por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (ano?1979, p. 32):

O sistema autônomo não é independente do sistema capitalista maior que também configura o sistema oficial [...] pelo contrário, supõe-se que ele lhe seja necessário e complementar, sobrevivendo à custa de grande facilidade que apresenta em fazer e desfazer contratos informais e em solucionar problemas por relações face-a-face, compreensíveis e manipuláveis pelos pobres. Assim, a antiburocracia lhes daria a chance de terem algum poder, lhes forneceria o espaço para exercerem uma espécie de estratégia anti-hegemônica. Aliás, isso também acontece dentro dos sistemas oficiais, só que de forma mais enfraquecida e menos eficiente para a solução de conflitos individuais e coletivos do cotidiano.

Já o modo de urbanização oficial, controlado e regido pelo Estado e suas instituições financiadoras é definido por Santos (ano?1979, p. 37) como o modo da centralidade e da hegemonia :

O sistema oficial, mesmo quando acontece no espaço das periferias é núcleo com todos os significados que a expressão comporta. O sistema autônomo é periferia por excelência. Por esse par de opostos confrontados, por suas razões, complementaridades e incompatibilidades devem ser entendidas as cidades brasileiras hoje.

O processo de expansão territorial e geográfica das periferias na forma dos loteamentos populares se constituiu como forma de solução palpável e concreta para as populações marginalizadas, uma solução do problema de como morar, de habitar e de tirar o máximo de proveito possível do modelo urbano produzido.

Na realidade, a propagação do fenômeno põe o morador como o agente central do processo e o correlaciona com os demais atores em um jogo de custos econômicos e políticos de difícil análise que, como fora dito por Santos (1979), caminharia do zero até o infinito e, dessa forma, o futuro do loteamento dependeria de uma série de pressupostos e da ação de uma série de agentes.

Os custos sociais, econômicos e políticos seriam reunidos em duas grandes frentes: os econômico-financeiros e os políticos resultantes das pactuações realizadas pela variedade dos atores envolvidos. Os primeiros dizem respeito à gênese do loteamento, que, quando é lançado no mercado imobiliário, pela sua estrutura urbanística inexistente, apresenta um

custo financeiro bem próximo do zero, visto que nada fora produzido pelo trabalho do homem, deduzindo-se que aparentemente nenhum valor fora criado ou produzido. Por esse motivo, custo econômico baixo, é que os moradores aceitam o fato de se localizar longe do centro e distante das vantagens que este oferece.

Já o segundo tipo de custo refere-se às agressões sociais que estes moradores irão sofrer, desde a ausência de benesses urbanísticas e de meios de consumo coletivos, além da violência e da presença constante de pressões políticas ditatoriais prescritas pelo crime organizado e da violência policial representada pelos aparatos repressivos do Estado; o custo social é a separação e a exclusão, face do chamado “caos urbano“, que torna essas áreas lugares do “apartheid”, do preconceito e da exclusão espacial dos indesejáveis.

O Estado, nesse jogo de custos, age como o fiel da balança entre os empresários e os moradores. O poder público é o fio que eleva o custo econômico e rebaixa o custo social do loteamento. Como? Promovendo investimentos e uma melhora nos custos sociais, elevando o valor da terra e das habitações construídas. Nesse sentido, a luta empreendida por parte de moradores e empresários por infraestrutura e por meios de consumo coletivos caracterizam uma redução do custo social, que se reduziria do infinito e se aproximaria do zero.

A AUTOCONSTRUÇÃO DE MORADIAS E A LÓGICA DA RECIPROCIDADE

O processo de autoconstrução⁶ de habitações se coloca como uma alternativa possível de se obter a casa própria pelo trabalhador assalariado frente a um modelo urbano oficial que não tinha e não tem como prioridade o atendimento de suas necessidades mais básicas. A autoconstrução é uma saída, uma fuga dos padrões oficiais de elevado custo econômico referentes ao morar.

O processo de autoconstruir é um processo realizado pelas classes trabalhadoras nos seus finais de semana de folga, com a ajuda de parentes e amigos e é baseado em um processo de cooperação entre diferentes agentes sociais. É sustentado por uma troca de favores e nos laços familiares e quase totalmente afastado, na maioria dos casos, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho necessária ao erguimento da casa.

A autoconstrução de moradias se baseia no dar, receber e no retribuir. Segue a lógica da reciprocidade e da dádiva que se consubstancia em dívida e em relações nunca encerradas

⁶ Pelo que pesquisamos sobre o assunto, verificamos que o processo de autoconstrução é um processo muito antigo, que perpassa diversos modos de produção e diversas escalas espaciais, realizando-se também em áreas rurais.

de dons concedidos e recebidos. Segue os princípios da teoria da reciprocidade exposta por Mauss (2004) em Ensaio sobre a Dádiva, no início do século XX e que durante muitas décadas foi um princípio epistemológico hegemônico nos estudos antropológicos clássicos.

Kowarick, com o olhar materialista do Marxismo (1979, p. 57) nos diz que o processo de autoconstrução de moradias não deve ser compreendido como uma forma de poupança e sim como uma forma de subsistir pelo trabalhador e a sua família, na qual um dos elementos fundamentais de reprodução biológica da força de trabalho, a moradia autoconstruída, passa a existir como um elemento que força para baixo o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo que um grande excedente de sobretrabalho ou mais valor venha a ser expropriado, através de uma redução crescente nos níveis salariais.

A autoconstrução de moradias é uma saída deflagrada pelas classes trabalhadoras pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a consequente exclusão sócio-espacial dos pobres como objetivo e como consequência do movimento que visa rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho a níveis ínfimos e, assim, elevar as taxas de acumulação do capital. No dizer de Kowarick (1979, p. 61) a autoconstrução seria uma operação;

[...] realizada através do trabalho adicional e gratuito, que freqüentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta do consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência.

A autoconstrução, assim, de acordo com Kowarick (1979, p. 62), é um processo vital para a reprodução da força de trabalho abaixo dos níveis de subsistência e que aprofunda ainda mais os níveis de espoliação urbana aos quais as classes trabalhadoras estão submetidas. Esse processo resulta “em uma moradia que, além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade [...]”.

De modo que (KOWARICK, 1979, p. 62)

[...] a casa se deteriora rapidamente, pois é feita por trabalhadores não especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão do trabalho é praticamente inexistente e sua construção é efetuada aos poucos e sem seqüência programada [...] a casa por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes

reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração permanente.

Um aspecto interessante do processo de autoconstrução de moradias é a forma parcelizada na qual a habitação se desenvolve. Isto acontece devido à precariedade dos recursos econômicos dos quais o trabalhador e sua família dispõem, divididos entre o pagamento do lote e a compra de materiais de construção a prestações mensais. O capital necessário muitas vezes é proveniente do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou do 13º salário e também das carências forçadas que a família trabalhadora tem de se submeter.

Os materiais de construção são geralmente comprados em lojas próximas dos lotes, por meio do pagamento parcelado, o chamado crediário, e quase sempre esses materiais são de qualidade duvidosa. Outro aspecto acompanhado por nós de perto em nossos trabalhos de campo no loteamento pesquisado em nossa dissertação é a qualidade insalubre e as condições ambientais péssimas que estas habitações construídas dessa forma apresentam. O espaço produzido é dividido entre várias pessoas que ocupam o mesmo cômodo e se amontoam em um viver cotidiano congestionado e impreciso.

Lembrando que aqui entendemos conceitualmente como cotidiano o conceito descrito por Lefebvre, o cotidiano seria a realidade sólida e humilde, aquilo que vai por si mesmo, que segue um fluxo aparentemente desconexo de eventos, mas que se encadeiam no fluxo do tempo. É aquilo que não tem data, o aparentemente insignificante mas, fundamental para se conhecer, interpretar e transformar de modo radical a sociedade. Foge ao escopo desse artigo uma discussão mais aprofundada desse tem.

No processo de produção da casa própria o trabalhador se vê em um crescente endividamento que só pode vir a ser equacionado através de uma extensão além dos limites do suportável de sua jornada de trabalho.

Nesse sentido, as lógicas que possibilitam a construção da moradia por parte das classes trabalhadoras consistem basicamente em uma extensão da jornada de trabalho e em um “aperto de cintos” nas demandas cotidianas. É esse “aperto de cintos” que permite a construção da habitação, conforme dito, feita por etapas, onde o passo inicial é a aquisição do terreno, para, a partir daí, partir para a construção do “barraco” ou da “meia água”, como chamam os moradores, de no máximo três cômodos, no qual a família apressadamente começa a residir, no intuito de se livrar do aluguel, de modo que a paisagem que se constrói é uma paisagem parcelada e sempre inacabada. O ato de autoconstruir moradias é um

processo longo, que se desenvolve e se estende por vários anos e até décadas, dependendo da possibilidade ou não de acesso ao capital necessário para o prosseguimento da obra.

Os recursos para tal ação são conseguidos de diversas formas e com várias estratégias. Uma dessas estratégias empreendidas pelos trabalhadores é a extensão da jornada de trabalho por meio das chamadas horas extras e também com as atividades realizadas por meio de biscates.

O FGTS e a sua captação por parte dos trabalhadores aparece também como uma estratégia monetária utilizada, de modo que muitos trabalhadores empenhados no processo de autoconstrução de suas moradias se esforçam, muitas vezes, para serem demitidos para terem acesso ao dinheiro do fundo. Nesse caminho faltam ao trabalho, utilizam atestados médicos etc. Conforme podemos ver as estratégias são muitas e a necessidade de sobrevivência as impõe como norma.

Esses são basicamente os meios econômicos aos quais os trabalhadores podem vir a ter acesso para realizar, talvez, a construção de sua moradia.

No caso da mão-de-obra e a questão da obtenção da força de trabalho necessária ao erguimento da moradia, Beozzo de Lima (1980, p. 85) enumera três formas diferentes e que se combinam para dar propulsão a sua construção, e que são, grosso modo:

- a) Contar com a ajuda da esposa e dos filhos;
- b) Pagar a mão-de-obra;
- c) Contar com a ajuda de amigos e parentes. Assim

[...] sem dúvida recai sobre o próprio autoconstrutor e sua família a maior parte do trabalho empregado na construção de sua casa. Entretanto é relativamente pequena a proporção de trabalhadores que iniciaram e prosseguem a edificação de suas casas contando exclusivamente com seu próprio trabalho e o da esposa e filhos.

No caso do estudo realizado pela autora supracitada (BEOZZO DE LIMA, 1980, p. 56), apenas 10% dos moradores estavam construindo sua casa da forma citada e, de maneira geral, nesses casos o trabalho é também executado à noite, além dos fins de semana e feriados, causando ao grupo familiar um grande desgaste físico e resultando, mesmo assim, num processo relativamente mais lento. Não obstante, essa é a única solução viável para aqueles cujo dinheiro não é suficiente para pagar a mão-de-obra nem para cobrir os gastos com comida e a bebida que devem ser oferecidas aos que ajudam com seu trabalho a construção de uma casa.

O pagamento da mão-de-obra não é um fato corrente, devido ao baixo rendimento de que dispõe a família e revela um desconhecimento de técnicas especializadas que porventura venham a ser utilizadas na obra.

A ajuda de amigos e parentes é um fato um pouco mais corrente, inclusive na história do loteamento que em nossa dissertação estudamos. No caso em questão a construção de moradias com a ajuda de amigos e parentes foi uma prática que gerou uma variedade de redes de solidariedade que se organizam e se constroem a partir do cotidiano e das amizades estabelecidas através dos processos criados pelas carências comuns compartilhadas no dia-a-dia. Ajuda-se e se é ajudado a partir de trocas de favores materiais e simbólicos numa grande rede de trocas recíprocas. A partir daquilo que dou, da laje que contribuo para “bater” será a parcela daquilo que recebo e da ajuda que receberei na minha laje que será batida. É sempre uma operação de reciprocidade.

Na atualidade, frente a ação dos programas habitacionais do Governo Federal, especialmente o Programa Minha casa, Minha Vida seria interessante analisar como esses processos de relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e de trocas mútuas, no princípio do dar, receber e retribuir subsistem e se metamorfoseiam. Como essa produção espacial material e simbólica recíproca se relaciona a ação do Estado enquanto promotor imobiliário que atua desregulando essas relações e impondo outras lógicas baseadas na impessoalidade da ação estatal.

No loteamento que estudamos a quase totalidade das habitações foi edificada em regime de redes com o auxílio de amigos e parentes, na forma de mutirões, estabelecendo-se trocas de trabalho e ajuda mútua.

O processo de autoconstrução de moradias é um processo que se constitui perante o modelo de urbanização brasileiro, como uma saída, como uma forma de “usufruir” da cidade. É necessário que para isso o trabalhador e sua família se privem e se organizem, estendendo sua jornada de trabalho e aumentando suas carências e escassez cotidiana para, a partir daí, conseguirem seu objetivo: uma casa “própria” em alguma periferia metropolitana.

No loteamento em questão, esse processo de autoconstrução de moradia resultou em uma paisagem permanentemente inacabada, resultado de um gigantesco descompasso entre a renda do trabalhador e o seu objetivo. As casas geralmente são de alvenaria, com dois ou três cômodos, na qual o trabalhador e sua família vivem ou tentam sobreviver. O retrato de nossa observação revela a escassez e a falta de infraestrutura, mas também revela um palco de resistência e de luta, de solidariedade, ainda que não desinteressada, de

superação das necessidades de cada dia. São os próprios corpos em coabitação que ditam a política de cada dia e esta se faz e refaz-se no próprio cotidiano das pessoas que nos loteamentos vivem.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO JARDIM CATARINA

(...) rapaz eu não lembro bem o que era isso aqui naqueles tempos, lembro que era uma fazenda e que o dono disso tudo era um tal de Júlio Pedroso de Lima, só lembro que mais ou menos 30 anos atrás tinha muito mato e muito chão para ser vendido e ocupado e eu fui uns dos primeiros moradores da parte velha, estou aqui há quase 30 anos é bastante tempo, mudou muita coisa veio a rodovia, o loteamento novo, mas no geral continua um bairro muito carente, com muita gente trabalhadora.⁷

Ao andar pelo Catarina, pelas suas ruas e avenidas confusas e mal distribuídas, mal servidas, mas cheias de gente, pude verificar uma riqueza de aspectos que são essenciais para se caracterizar um “bairro”. Descobri nas minhas andanças suas inscrições e sua vida. Nesse sentido, pode-se entender bairro como uma construção social a partir de uma produção identitária, cotidiana, na qual os viventes se tornam donos do espaço que produzem, apreendendo seu espaço por meio de gestos e significados muitas vezes ocultos e que se encontram fora de qualquer definição conceitual. Definição que não pode ser percebida em sua riqueza quando utilizamos somente dados de caráter matemático e estatístico. O bairro Catarina é uma soma de características que marcam os grupos sociais, características essas que os ligam por laços sócio-afetivos e de vizinhança. No Catarina, nem todos se conhecem e se reconhecem, mas existe uma similitude de histórias e de presenças. Como indica a fala de um dos moradores entrevistados:

[...] olha, moro aqui há muito tempo, conheço quase todo mundo, quer dizer, o Catarina é muito grande, tem gente que quase não vejo, mas gosto muito daqui, aos domingos, parece um formigueiro, principalmente nas ruas principais, mas o que mais gosto daqui é o futebol de domingo, no campo perto do Pica-Pau.⁸

Nas minhas andanças pelo bairro e nas entrevistas que realizei com os diferentes agentes responsáveis pela produção do espaço do loteamento, nas quais procurei investigar de maneira profunda as origens do loteamento, percebi que o Jardim Catarina é um bairro

⁷ Resposta dada pelo Sr. Clóvis, morador do Catarina Velho, sobre as origens do bairro, em outubro de 2004.

⁸ Resposta dada por Luís sobre o que mais gosta do bairro, em outubro de 2004.

que possui em sua origem e gênese a marca da descaracterização e da falta de uma identidade sócio-espacial mais concreta e precisa.

Foi um loteamento construído a partir de práticas espaciais, desterritorializantes, que não configuraram até então no loteamento uma presença que criasse uma marca corpórea histórica mais identitária.

Mas apesar desse signo descaracterizador, presenciei em minhas caminhadas pelo bairro uma série de práticas, como o futebol aos domingos, a ajuda na laje da casa do amigo, o chope de final de semana, além das reuniões da associação de moradores, que, apesar da ausência aparente que marca a paisagem do bairro, revelam uma série de relações de co-presença que aos poucos constroem a identidade concreta do bairro.

Nas pesquisas bibliográficas houve dificuldade em obter material de cunho empírico que facilitasse uma caracterização mais precisa do bairro. Na prefeitura de São Gonçalo não encontramos muitos dados, muito menos arquivos sobre o loteamento, restando a pesquisa de campo e as consequentes entrevistas como alternativa metodológica viável que possibilitasse um retrato dinâmico da construção espacial do loteamento. Um dos moradores entrevistados, Sr. Clóvis, retrata dessa forma a origem do bairro onde vive:

[...] o Jardim Catarina quando cheguei aqui era todo um vazio, tinha muito mato, com poucas casas, não existia luz elétrica, pelo menos na minha rua, acho que a 32 também não tinha água encanada, e assim permanece até hoje, as ruas eram de terra batida o que também não mudou muito. Eu fui morar no loteamento velho, comprei da Catarina S.A que ficava na época na Presidente Vargas no Rio, como te falei a situação não mudou muito, ainda acontece, por exemplo, enchentes e muita lama quando chove.⁹

O Jardim Catarina é um retrato do histórico do modelo brasileiro de urbano-industrialização, onde a produção, ocupação e reprodução do solo urbano brasileiro baseou-se na periferação e centralização dos recursos e da pobreza, o que resultou na construção das áreas periféricas brasileiras. De acordo com Tavares (2003, p. 106)

[...] esse processo de criação do solo urbano intensificou-se a partir da década de 80, quando o processo de loteamento do tipo urbano avançou sobre áreas agrárias policultoras do município, à medida que se ampliava a concentração populacional em torno do Rio de Janeiro, fazendo com que a valorização da terra, para fins de criação de solo urbano, suplantasse o rendimento da terra para fins agrícolas. O caso da Fazenda

⁹ Resposta dada por José Carlos, morador entrevistado sobre as origens do bairro, em setembro de 2004.

Laranjal, cujo parcelamento para fins de criação de solo urbano deu origem ao Jardim Catarina, no início da década de 50, é emblemático desse processo de urbanização de propriedade como nova ou periférica, que englobam espaços que iam do centro da cidade até as fronteiras com Itaboraí.

O parcelamento de um latifúndio por exploração chamado Fazenda Laranjal, realizado no ano de 1953, deu origem aos loteamentos Laranjal e Nossa Senhora Auxiliadora, o que resultou em uma profusão de variados interesses de caráter especulativo que produziram uma grande quantidade de lotes criados sem nenhuma base prévia de planejamento e de organização. Esse processo gerou cerca de 3.500 lotes para serem devorados pelo processo especulativo que avançou sobre essas novas terras periféricas.

[...] você andando pelo Catarina diariamente indo da rua 1 até lá perto do Salgueiro (outro bairro que faz limite com o loteamento) dá para perceber claramente a falta de planejamento na construção do loteamento, tem coisas engraçadas aqui, tipo, uma parte que foi aterrada, mas que por causa disso provoca alagamento em outras partes, ruas que os moradores não conseguem encontrar, e olha que são moradores, isso aqui é muito grande e muito mal organizado.¹⁰

O Jardim Catarina foi um loteamento estabelecido em uma área que margeava a Baía de Guanabara, construído em uma área de manguezal, bastante alagadiça, com um clima quente e úmido, e que em sua extensão acabou compreendendo algo entre 2.000 a 4.000 lotes. Os limites do loteamento estão demarcados a leste e ao norte pelo Rio Alcântara; a oeste ele é limitado pelo bairro adjacente de Santa Luzia e ao sul pela rodovia RJ-104. Ele é fruto de um processo bastante recente de periferização que marcou o modo de urbanização da cidade, como nos diz Tavares (2003, p.106):

No Município de São Gonçalo, o fenômeno dos loteamentos vai caracterizar o processo de urbanização recente da cidade, produzindo um tipo de ocupação urbana que vai marcar de maneira decisiva a paisagem gonçalense, em que os loteamentos criados eram relativamente extensos e seguiram a lógica do que acontecia na cidade como um todo: descontínuos, sem qualquer infra-estrutura urbana, a não ser um arruamento precário que permitia colocar os lotes à venda.

O loteamento surgiu oficialmente no ano de 1953, quando Júlio Pedroso de Lima, proprietário de um antigo latifúndio por exploração dedicado ao cultivo de frutas cítricas

¹⁰ Depoimento de José Carlos, morador entrevistado em agosto de 2004.

decidiu vender essas terras para quatro sócios, que criaram a Imobiliária e Administradora Jardim Catarina e resolveram lotear a área entre o Rio Alcântara e o que hoje é a Avenida Padre Vieira, esquina com a Rua Ouro Fino, dando origem ao chamado Catarina Velho.

Em 1965 a administração dos lotes passou para a responsabilidade da Solar Organização e Empreendimento LTDA. que, especulativamente,¹¹ parcelou variados espaços entre as vias citadas até a Rua Lamartine Babo, dando origem ao Jardim Catarina Novo. Já em 1975, com a incrível valorização dos lotes decorrentes do adensamento populacional do bairro surgiu um novo setor que se estendeu até a RJ-104, o chamado Novíssimo Jardim Catarina, que, no entanto os moradores não reconhecem.

Esse processo de criação do loteamento não foi um processo sem contradições: diversos agentes atuaram no sentido de atingir seus objetivos, a periferação da cidade de São Gonçalo e a criação dos loteamentos ocorreram e obedeceram as regras da anomia e de um ordenamento territorial urbano que pudesse levar a um desenvolvimento urbano menos discriminatório e mais equitativo. O Jardim Catarina, como já foi dito, é um reflexo da falta de planejamento, da necessidade e da espontaneidade, marcas que compuseram e deram origem ao gigantesco loteamento que caracteriza e preenche de modo profundo a paisagem gonçalense, conforme Tavares (ano?, p. 106-107):

[...] não há nada que caracterize melhor o processo de apropriação do espaço e de resolução do problema habitacional para as camadas de baixa renda da população de São Gonçalo que o binômio loteamento-autoconstrução. É através dessa associação que se pode compreender o fenômeno da periferação da cidade e descrever a uniformidade da paisagem dos bairros que constituem. As ruas irregulares e esburacadas, que foram abertas sem nenhum plano prévio, são preenchidas por casas construídas através de um processo de bricolagem, que confere a grande maioria um aspecto precário. Essas ruas compõem junto com outras marcas de ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população [...].

O Jardim Catarina está entre os bairros do município de São Gonçalo que mais cresceram nas últimas décadas. Sua população multiplicou-se em um período muito curto de tempo; as causas do crescimento populacional do bairro e do município como um todo são

¹¹ Um dos promotores imobiliários entrevistados nos revela como se deu o processo de venda dos lotes: “primeiro loteamos a parte onde hoje se localiza o Catarina Velho, esperamos um tempo, para valorizar os lotes restantes e por volta de 1982 começamos a lotear o Catarina novo, ganhamos algum dinheiro, mas também tomamos muitos ‘calotes’ [...]”. Fala de Carlos Roberto dos Santos, em outubro de 2004, que trabalhou na imobiliária responsável pela venda dos lotes.

diversas, mas um dos fatores que o explicam é a construção da ponte Rio-Niterói. É dela a responsabilidade pelos crescentes contingentes populacionais que vieram buscar moradia na cidade e no loteamento. Essa e outras obras facilitaram o acesso para aqueles que se deslocam dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, a BR-101 modificou a estrutura interna do loteamento e promoveu a ocupação da área norte do setor velho.

Nesse sentido, o Jardim Catarina e o município de São Gonçalo, informava o jornal *O São Gonçalo*, em edição de 14 de agosto de 1980:

[...] seguiram a sina de espaços sem freios com problemas se acumulando, cujas soluções são apontadas para um futuro que nunca chega. Nunca se estabeleceu no município uma política, por exemplo, de ocupação do solo. Loteamentos aparecem de uma hora para outra, sem qualquer disciplinamento. O exemplo mais contundente é o Jardim Catarina: cem mil pessoas se distribuem desordenadamente por ruas que foram rasgadas de um dia para o outro, cortadas invariavelmente por valões de esgoto [...].

Ainda segundo o jornal, no loteamento:

[...] as dificuldades se estendem: das toneladas de lixo produzidas diariamente, apenas um terço é recolhido pelo sistema de limpeza, o índice de violência cresce assustadoramente, não existem vias de escoamento para a intensidade do tráfego; o sistema de transporte é um caos, sem conforto e rapidez; os automóveis, cada vez em maior número, não têm lugar para estacionar e as favelas começam a proliferar.

Assim, a origem e o crescimento do Jardim Catarina obedeceu a uma lógica mais geral mantida e desenvolvida pelo modelo de urbanização brasileiro. O loteamento construiu-se espacialmente como uma grande área sem um ordenamento territorial que o pudesse organizar e dar-lhe os insumos necessários para uma vida urbana que tivesse como motivação básica o direito a cidade e aos benefícios de uma vida comunitária de caráter minimamente cidadão.

O loteamento é um reflexo de toda uma série de desorganizações, de toda uma série de ausências que acabaram caracterizando e marcando o Catarina desde sua origem até os dias atuais. As especulações fundiárias e imobiliárias foram as normas de construção desse espaço e, como afirmou a reportagem acima, o loteamento é a marca do não disciplinamento e da falta de planejamento urbano por parte do poder público. Os pobres e os migrantes no Brasil nunca tiveram por parte dos seguidos governos a atenção necessária para as suas necessidades mais básicas de habitação, saúde e educação e no Catarina essa

falta de atenção é uma característica que se revela em um primeiro olhar mesmo para um observador pouco atento. Uma das falas de um morador entrevistado revela de forma clara as afirmações acima:

[...] o que melhor caracteriza o nosso bairro é essa falta de tudo, aqui falta de tudo um pouco, não temos segurança nem policiamento decente, falta também uma coleta de lixo regular, água só se for de rede clandestina, melhorou um pouco a questão da energia elétrica depois que a CERJ (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro) foi privatizada, em matéria de divertimento para a comunidade, só temos os campos de futebol e a lona cultural que foi inaugurada há um tempo atrás, mas é só isso, e olha que na sua maioria a população daqui paga seus impostos e o município arrecada muito aqui [...].¹²

Sobre a origem do bairro, o poder público municipal, como um agente de produção do espaço, nos fala:

[...] ao que me parece, o loteamento que você está estudando foi fruto de uma grande confusão acontecida na época dentro do poder público municipal, havia uma grande soma de interesses sobre essa região na época, interesses especulativos e também interesses sociais, tudo se juntou e deu margem para o nascimento do bairro, a prefeitura, como as demais prefeituras da época, não tinha como objetivo investir em nada que pudesse viabilizar este tipo de empreendimento, tudo iniciou-se de forma ilegal no Catarina [...].¹³

Concluindo então, podemos afirmar que a origem do Jardim Catarina remonta a formação do modelo urbano brasileiro, gerado e produzido pela industrialização e pela rodoviarização do território. Isso somado a falta de uma política habitacional eficiente fez com que os loteamentos se tornassem as peças vitais da arquitetura de habitação para as camadas menos favorecidas da sociedade, sua única saída para fugir da marginalidade social.

JARDIM CATARINA, O COTIDIANO DO BAIRRO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nesta parte de texto, que se apresenta como uma espécie de conclusão procuraremos avaliar algumas das reflexões colocadas aqui e confrontá-las com a realidade pesquisada a fim de ponderar se a teoria pôde dar conta da empiria do objeto estudado.

¹² Entrevista dada pelo Sr. Benecir, em 22 de agosto de 2004.

¹³ Entrevista realizada com o Geógrafo Jorge Azevedo Coutinho, da Secretária Municipal de Urbanismo do governo do então prefeito Henry Charles, em março de 2002.

Sabemos por meio de estudos já amplamente conhecidos que os bairros podem ser caracterizados de diversas formas e maneiras, mas todas essas formas de caracterizar o bairro guardam um traço de similitude, todas elas veem o bairro a partir de uma construção social com base na formação de uma identidade comum.

O bairro define-se a partir de um processo de diferenciação espacial, define-se a partir de suas diferenças ou alteridades históricas e sociais em função de outras identidades espaciais, o bairro é a construção da diferença a partir do vivido. Ele é, como nos diz Odete Seabra (ano?, p. 82): “[...] uma espacialização do processo social, guarda e corresponde a um âmbito da vida imediata, uma dimensão sociológica tão intensa e extensa que é capaz de definir uma vida de bairro [...]”.

Assim, o bairro se define principalmente em função de sua vida imediata e das situações de co-presença vivenciadas pelos seus moradores. A territorialidade é o domínio do vivido, dos corpos que se misturam e que trocam experiências. Constrói-se a partir do singular e do particular e de como esse singular se referencia no coletivo e no geral.

Outra visão de bairro muito interessante é a expressada por Segadas Soares (1990). Ela afirma em seus textos sobre o tema que o bairro pode ser definido a partir de uma soma de características, que seriam, principalmente, o tipo de paisagem apresentada pelo bairro, seu arranjo e distribuição, ou seja, sua *morfologia*; seu *conteúdo social*, ou seja, as classes sociais que o compõem e lhe dão vida social, como estas se relacionam e se distribuem espacialmente; e a sua *função*, ou melhor, o papel que a unidade espacial bairro ocupa dentro da totalidade da organização espacial.

Assim, Segadas Soares (1990, p. 106), nos diz:

[...] o bairro se define por sua paisagem urbana, isto é, tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas e etc.; seu conteúdo social, isto é, nível de vida de seus habitantes; sua função, isto é, seu papel dentro do organismo urbano. São esses elementos de individualização dos bairros e uma mudança em um desses três elementos para fixar os limites do bairro.

Nesse sentido, o Catarina pode ser enquadrado como bairro, já que possui as características aqui destacadas.

Sua paisagem é caracterizada por um tipo padrão de residência. Vivendo no bairro durante uma parte de sua história e construção pude verificar um tipo de construção, um tipo de habitação prioritária, marcada por residências de caráter proletário, localizados entre

os traçados tortuosos das ruas mal ordenadas e equipadas, nas quais os moradores circulam diariamente. Nas quais a vida cotidiana, rica e diversa se reproduz, espaços de misturas de origens, de trajetórias e de personalidades múltiplas.

O Jardim Catarina é um bairro quase que exclusivamente residencial, localizado dentro de um grande espaço às margens da Baía de Guanabara; a função residencial é a sua função principal. Sua paisagem parece ser, em um primeiro olhar, uma paisagem confusa, construída dentro dos limites impostos por um tipo de urbanização segregadora e excludente, descrita anteriormente nesse trabalho de forma teórica, mas que aparece na prática empírica diária do loteamento, e que, percebi, apesar dos limites impostos pela teoria, pode ser entendida e explicada pelas ideias colocadas na parte teórica do trabalho.

Em relação ao conteúdo social apresentado pelo Catarina, desde muito tempo atrás pude apreender, bem antes de começar a pesquisa, o conteúdo social do bairro. Não se faz muito heterogêneo em termos de classes sociais, apesar de também não ser homogêneo.

No Catarina, convive basicamente uma única classe social, segmentada em diversos grupos, a classe trabalhadora, que se encontra distribuída uniformemente por quase todo o bairro. Foi essa classe social que, de forma preponderante construiu o bairro.

Desde sua origem, o Catarina vinha sendo ocupado por segmentos sociais de caráter proletário, segmentos que, no decorrer da história do bairro, interagiram por meio de suas práticas espaciais e sociais, modelaram e construíram o espaço e a identidade do Jardim Catarina.

Mas, tem o Catarina uma identidade espacial e porventura social? Podemos afirmar que sim, pois no período que residi no loteamento pude verificar que nós, moradores, nos identificávamos com o espaço e com os outros que conviviam e comungavam no bairro, nos víamos como co-participes e criadores de uma vida comunitária diferenciada de outros bairros do município de São Gonçalo. Era nossa paisagem e nossa vida transportada no espaço construído por meio de nossos sacrifícios e vivências.

Assim, o Catarina pode ser enquadrado como bairro, visto que o cotidiano e o espaço produzido e representado do lugar, em certa medida, nos possibilita diferenciarmos de outras identidades sociais e espaciais. Vivíamos dentro de nosso lugar, a nossa Pequim brasileira, como chamávamos, devido a quantidade de bicicletas circulando e de pessoas transitando. Seabra nos diz (1993, p. 92)

[...] considerando-se o âmbito do vivido, do existencial, quer seja no domínio público como no privado, quem usa o espaço pode também

concebê-lo, são os usuários do espaço que, conforme suas necessidades e desejos, redefinem trajetos, projetos porque podem abstrair a forma de produzir para si, apropriando-se [...].

Dessa forma, o Catarina se define como bairro a partir da generalização na busca do oposto do genérico, ou seja, na diferenciação, na afirmação de que, apesar do conteúdo periférico, nem toda periferia pode ser vista como igual. O Jardim Catarina é um mundo dado, objeto de pensamento e ação bem como de representação, construídos no viver cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

BAHIANA, Luís C. C. “Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano”. In: *Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos - Fortaleza*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978, pp. 53-62.

BEOZZO DE LIMA, Maria Helena. “Em Busca da Casa Própria: A Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro”. In: MARICATO, Ermínia. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 70-91.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. “Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho”. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa e Omega, 1982, pp.117-154.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1979, 297 p.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Documentos, 1969, 189 p.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. Em *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, Cosac & Naify, 2004.

LAGO, Luciana Corrêa. “Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: o Modelo Centro-periferia em Questão”. In: _____. *A Casa Própria em Tempos de Crise: Os Novos Padrões de Moradia nas Grandes Cidades*. 1999, pp. 27-49.

_____. “Favela-loteamento: Re-conceituando os Termos da Ilegalidade Urbana”. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*, 2001, pp. 1-11.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a Arquitetura do Possível”. In: _____. *A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa e Omega, 1982, pp. 71-85.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. Em *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, Cosac & Naify, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson. “Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiro”. In: SANTOS, Carlos Nelson e VALLADARES, Lúcia (Orgs.) *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 17-47.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido, os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Desenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1979, 317 p.

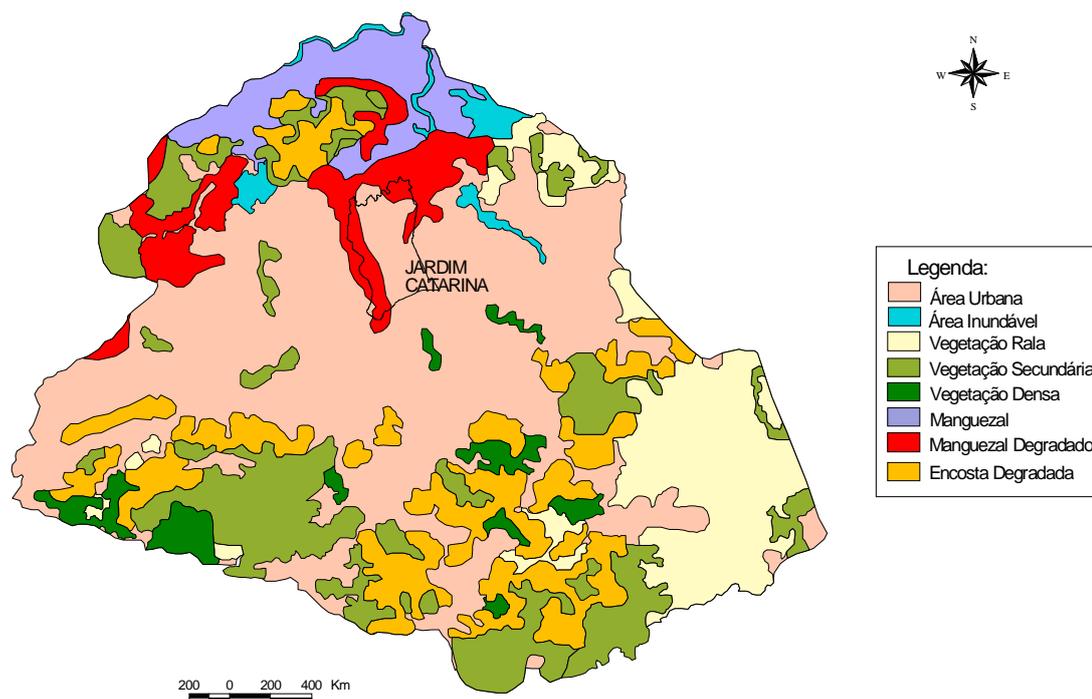
_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1994, 157 p. (4ª edição)

SOARES, M. T. Segadas. “Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 26 (2):256, Abril-Junho de 1962.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Os Pequenos e a Cidade: O Papel da Escola na Construção de Uma Alfabetização Cidadã*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, 247 p.

Anexo

Mapa de Uso do Solo do Jardim Catarina



Recebido em: Agosto de 2015
Aceito em: Outubro de 2015